# Centro se mantém independente com nova organização

Temendo a pecha de direita que poderia levar caso aderisse em massa ao **blocão** de centro que vem sendo articulado para atuar na Constituinte, o Centro-Democrático decidiu reagir como grupo e marcou uma reunião para amanhã, no Garvey Hotel, quando elegerá um conselho consultivo e um líder. A este lugar são candidatos os deputados Marcos Lima, Expedito Machado e Borges da Silveira.

Na semana passada, a adesão do Centro Democrático ao **blocão** de centro foi dada como certa por diversos articuladores desse grupo, que tem à frente o deputado Roberto Cardoso Alves. Mas a resistência de Expedito Machado e Marcos Lima, principalmente, acabou convencendo os demais de que era perigoso politicamente se aliar a uma mobilização que acabará sendo carimbada como a direita da Constituinte. Todavia, eles não conseguiram conter alguns centristas, como Rosa Prata, Sérgio Werneck, Max Rosemann e José Geraldo Ribeiro que não fizeram cerimônia e se foram.

Desde a reunião de avaliação realizada na casa de Marcos Lima, na primeira semana de agosto, o Centro Democrático passou por um período de ostracismo. Ao mesmo tempo em que proclamava sua independência do Governo, sob a alegação de que dele não recebia um tratamento especial pelo apoio que lhe dava, o grupo procurou outros caminhos. Optou pela oficialização, sem, no entanto, como garantiu Expedito Machado, pretender formar um embrião de novo partido.

O Centro Democrático, que reúne moderados do PMDB, quer agir além da Assembléia Nacional Constituinte, influenciando na elaboração também das leis ordinárias que procederão da nova Carta. Para isso decidiu se organizar e adquirir a feição de um movimento institucionalizado, dentro do PMDB, assinala Machado.

Além de um líder, que será escolhido pelo Conselho Consultivo — formado por um representante de cada estado e mais um por cada grupo de cinco constituintes existentes em cada bancada estadual — o Centro escolherá amanhã três coordenadores e determinará, segundo o deputado Oswaldo Sobrinho (MT), sua filosofia como grupo, normas de comportamento em plenário e como agirá nas votações.

Também será a oportunidade para avaliar quantos são efetivamente. Todos os articuladores falam que passam de cem. Mas na última reunião só apareceram 43. De qualquer maneira, eles rejeitam a idéia de andar à reboque quer da direita ou da esquerda. Somos homens bem sucedidos na vida particular e na iniciativa privada, comentou Oswaldo Sobrinho, não exigimos nada do Presidente da República mas não abrimos mão de nossa independência.

Ele informou que os compromissos do Centro Democrático se afinam com o da maioria da população brasileira. Ou seja, citou, são a favor da livre iniciativa, do ensino gratuito, da distribuição de renda, do pleno emprego, do combate à recessão e torcem para que o Plano de Recuperação do ministro Bresser Pereira dê certo.

— Nós não somos de direita para nos aliar ao bloco do Robertão (nome como é conhecido no meio político Roberto Cardoso Alves) — prosseguiu Oswaldo Sobrinho, achando que precisam marcar o Centro como um movimento de equilíbrio, que não deseja perder posições dentro da Constituinte. Na visão de Expedito Machado, o movimento sofreu "acidentes de percurso" até ganhar a força atual, foi combatido e muitos tentaram lhe dar um carimbo de direita. Agora, ele acha que poderão firmar posição de centro, e recuperar a imagem política através de uma participação clara em plenário.

# PMDB define projeto de Cabral

## Ulysses reúne líderes e prepara texto que orientará o acordo

EUGENIO NOVAES

Entre Arinos e Cabral, o tetrapresidente Ulysses Guimarães (C) dirige as negociações sobre o projeto

O deputado Ulysses Guimarães, presidente interino da República, dirigente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, assumiu formalmente ontem o comando das negociações em torno do projeto constitucional. Durante quase sete horas, em sua residência da Península dos Ministros, ele esteve reunido com o relator Bernardo Cabral e seus adjuntos, o senador Afonso Arinos e os líderes do PMDB e do Governo para alinhavar os últimos acordos a respeito dos temas mais polêmicos da futura Carta.

Apesar da presença de dois "estranhos no ninho" — o senador Arinos (PFL) e o relator-adjunto Adolpho de Oliveira (PL) —, foi uma reunião nitidamente partidária. Não faltaram sequer apelos formais no sentido de que o projeto de Constituição leve em conta os princípios contidos no programa do PMDB e as decisões aprovadas na última convenção nacional do partido, segundo relato feito pelo adjunto Nelson Jobim (PMDB-RS).

Foi Jobim, aliás, quem ficou encarregado de ler para os presentes a listagem de assuntos polêmicos que tinha elaborado em conjunto com o senador Fernando Henrique Cardoso. Eram cerca de dez temas, entre os quais a reforma agrária (no detalhamento da imissão de posse), a seguridade, o sistema de governo, a anistia, o direito de greve e a corte constitucional. Para cada um, foram apresentadas até quatro alternativas: o disposto no "Projeto Hércules", dos grupos do consenso e dos 32; a fórmula do texto elaborado pelo professor José Afonso, consultor jurídico do senador Mário Covas; o projeto "enxugado" pelas assessorias da Câmara e do Senado; e a redação definida nas reuniões realizadas pelos relatores-adjuntos na semana passada.

A discussão foi dividida em duas fases. Numa primeira etapa, as questões foram debatidas politicamente, com a abordagem das chances que cada uma das fórmulas teria de ser aprovada pela maioria do plenário. A segunda abordagem foi de ordem técnica e redacional.

Durante as discussões, os mais ativos oradores foram o senador Fernando Henrique e o deputado Nelson Jobim. O relator-geral Bernardo Cabral, apesar de não ter comparecido às reuniões de seus adjuntos na semana passada, também emitiu as suas opiniões. Quem "mais ouviu do que falou", de acordo com vários dos participantes, foi o deputado Ulysses Guimarães, acompanhado no voto de silêncio pelo senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização.

O único momento em que Ulysses realmente participou do debate foi quando se passou a tratar do capítulo da seguridade social. Ele fez um apelo no sentido de que a fórmula a ser escolhida não "onere em demasia o Estado". A tese do tetrapresidente é de que não adianta criar excesso de programas que, no final, serão custeados mesmo é pelo contribuinte.

Nas questões do direito de greve e sindicalização, os debates (não concluídos ontem) tiveram conotação essencialmente partidária, do ponto de vista do programa peemedebista. Ficou decidido ainda, segundo informou o senador Fernando Henrique Cardoso, que o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, e o senador Almir Gabriel, que foi relator da Comissão de Ordem Social, serão ouvidos a respeito das duas matérias. Ambos são peemedebistas e estão convidados para uma reunião a ser realizada hoje à noite, às 20h30, provavelmente na residência do deputado Ulysses Guimarães.

Se o ministro será ouvido apenas hoje, os dirigentes do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) não quiseram esperar tanto. Eles apareceram na reunião da manhã de ontem para levar seus pontos de vista na questão da estabilidade no emprego. Segundo o diretor-técnico do órgão, Ulysses Riedel, não é necessário que a Constituição contenha a palavra "estável". O que é preciso é proibir a demissão arbitrária, estabelecendo nesta hipótese que o empregado será reintegrado ou, se preferir, receberá uma indenização. A entidade não aceita a fórmula do "Projeto Hércules", que remete a questão à legislação ordinária.

Mas o assunto que tomou grande parte do encontro (cerca de duas horas) foi a reforma agrária. Que ela é necessária todos concordam, mas não se entendem a respeito da imissão de posse, que alguns preferem imediata e outros pregam para após a decisão da Justiça. A solução encontrada está no meio-termo e foi pinçada do projeto do professor José Afonso: o proprietário atingido poderá recorrer liminarmente à Justiça, que terá prazo de até 90 dias para negar ou endossar a desapropriação; depois deste prazo, desde que o juiz não tenha se pronunciado contra a medida, a imissão ocorrerá e o máximo que o fazendeiro pode pleitear, através de recurso judicial, é o pagamento das terras em dinheiro e a preço de mercado.

Os outros pontos polêmicos (veja quadro abaixo) foram definidos pelos peemedebistas à mesa do almoço. Eles ainda permaneceram quase uma hora na residência do deputado Ulysses Guimarães depois que o tetrapresidente saiu, às 14h30, alegando compromissos no Palácio do Planalto.

Da casa de Ulysses, a reunião foi transferida para o 24º andar do Banco do Brasil, desta vez sem o presidente do PMDB e com a presença de vários parlamentares (Maurício Corrêa e Vivaldo Barbosa, do PDT, por exemplo) e assessores legislativos. às 20h, estava começando a discussão sobre o sistema de governo, que tende a ser mais "parlamentarizado" do que dispõe o atual projeto constitucional. Neste sentido, o senador Afonso Arinos levou uma proposta de emenda à discussão.

# *Temas polêmicos não têm avanço*

O texto definitivo, que será o "rascunho" da futura Constituição, só será conhecido no dia 07 de setembro, quando o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), já imprimindo suas posições pessoais, irá apresentar o segundo substitutivo. Por enquanto, a equipe de relatores adjuntos e o próprio Cabral não conseguiram avançar nos pontos mais polêmicos, como a anistia, reforma agrária, sistema de governo ou seguridade social.

Se não se chegar a um consenso a partir da rodada de negociações com todas as lideranças partidárias em torno do primeiro substitutivo que ficará pronto nesta quinta-feira, o relator diz que não tomará decisões pessoais sobre estes pontos. Vai aguardar a nova etapa de emendas, mantendo as propostas do atual projeto. "É preciso que eles vejam que eu não estou bancando o ditador", justificou.

A confirmação da autonomia política para o Distrito Federal, o encurtamento do prazo entre a eleição e posse de prefeitos, governadores e Presidente da República para 45 dias, a criação de um Conselho Nacional de Justiça e a manutenção do SESI, SENAI, SESC e SENAC foram algumas das poucas definições, nem tanto importantes, divulgadas ontem após a reunião dos relatores com a cúpula do PMDB, na residência do presidente da Constituinte Ulysses Guimarães. A manutenção destas entidades de formação profissional, porém, é uma das poucas questões que traz desde já a marca pessoal do relator Bernardo Cabral.

A definição do Sistema de governo só começou a ser discutida no início da noite de ontem, a partir de uma emenda apresentada pelo senador Afonso Arinos (PFL/RJ), aperfeiçoando a proposta de Parlamentarismo do texto atual. De acordo com Arinos, a diferença básica é que busca simplificar os mecanismos de indicação e aprovação do nome do primeiro-ministro. "Fiz um esforço para que minha proposta ficasse melhor em relação às duas versões existentes, a do projeto atual, e a do projeto resultante da Comissão Constitucional instituída pelo presidente Sarney e presidida por mim", disse o presidente da Comissão de Sistematização.

De acordo com sua emenda compete ao presidente da República nomear o primeiro-ministro consultando as correntes majoritárias no Congresso Nacional, a moção de censura deve ser apresentada por 1/5 dos membros da Câmara e aprovada pelo voto da maioria e aprovação de moção de censura ou a rejeição de voto de confiança só implicarão exoneração do primeiro-ministro e demais integrantesdo Conselho de Ministros se a Câmara eleger, em 48 horas por maioria absoluta, o sucessor do chefe do governo. O Presidente da República poderá, ouvido o conselho da República, dissolver a Câmara Federal e convocar eleições extraordinárias.

## PTB pode ser opção de Camargo

O senador Affonso Camargo (PMDB-PR) abandonou a idéia de formar um novo partido, depois que estudou a legislação vigente e verificou que seria projeto para ter maturação a longo prazo, tais os embaraços colocados na lei. O senador disse, ontem, que está examinando a possibilidade de ingressar no PTB, somando seu esforço a outros trabalhistas para melhorar a imagem do partido.

Camargo confessou-se um social-cristão, que defende a prevalência do trabalho sobre o capital e, portanto, uma democratização do acesso à propriedade. "Tenho alguns pontos de vista coincidentes com os socialistas, no momento, pois defendo melhor redistribuição da riqueza. Mas, não acredito que a estatização seja o caminho e sim a democratização da propriedade no Brasil", disse o senador paranaense.

### DIFICULDADES

O senador paranaense não afasta completamente a possibilidade de continuar nos quadros do PMDB, embora sua tendência seja a de deixar o partido. Admite que proposta como a do deputado Oswaldo Macedo (PMDB-PR) de promover consulta prévia às bases partidárias para escolha de candidatos a prefeito, governador e presidente da República democratiza o partido e confere importância aos seus militantes.

—Um partido se faz com linha programática e militantes. Essa idéia do Macedo valoriza os militantes, mas não resolve os problemas do PMDB, que nascem de diversos fatores. O partido inchou de tal forma que fica difícil dar-lhe, agora, um caráter programático — disse Camargo.

O senador foi informado, ontem à tarde, pelo deputado Pimenta da Veiga, dissidente do PMDB de Minas Gerais, que ele não poderá se adiantar aos fatos para abandonar o partido agora. Se a idéia de realizar consultas às bases partidárias para escolha dos candidatos do partido vingar Pimenta não vê por que deva abandonar o PMDB.

## Esquerda não sairá do PMDB

**Salvador** — Os progressistas não pretendem abandonar o PMDB e sim ficar e lutar pelo controle da legenda com os grupos conservadores, declarou ontem, em Salvador, o senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), ressalvando, no entanto, que a disputa somente deverá ocorrer após o encerramento dos trabalhos da Constituinte. "Até lá, devemos continuar juntos, tentando aprovar uma Constituição menos má do que pode acabar acontecendo", acrescentou.

O senador gaúcho, que anteontem participou de um encontro do Movimento Renovador do PMDB baiano, disse que a divisão do partido é irreversível. "O racha já aconteceu. O que temos agora de fazer é decidir quem vai continuar com essa legenda histórica", afirmou Bisol, acrescentando que a tese de unidade defendida por algumas lideranças do partido não passa de "um engodo".

## OS PONTOS QUE ESTÃO EM DEBATE

*REFORMA AGRÁRIA — A questão da imissão imediata de posse continua dificultando um consenso sobre o tema. Uma das alternativas surgidas ontem foi a fixação de um prazo de 90 dias para que o proprietário possa recorrer à Justiça contra a desapropriação. Através de um processo rápido, dentro deste prazo a imissão da posse fica suspensa e o juiz terá de dar um parecer sobre a função social das terras em vias de desapropriação. Se a decisão favorecer o proprietário, no sentido de que a desapropriação é indevida, ele terá o direito de receber a indenização em dinheiro a preço de mercado, e não em Títulos da Dívida Agrária. Há uma tendência também de se fixar que, além do limite máximo de terras acima do qual qualquer propriedade é passível de desapropriação para efeito de reforma agrária, será estabelecido igualmente um limite mínimo de módulos abaixo do qual a propriedade é intocável.*

*FORÇAS ARMADAS — O seu papel deverá ser modificado, cabendo-lhes a defesa da Pátria e a garantia da ordem constitucional. No projeto atual, as Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem. A inovação é a explicitação da proteção da ordem constitucional. O presidente da República continua no comando supremo das Forças Armadas.*

*POLÍCIA MILITAR — Será subordinada aos governos estaduais, mas o Exército poderá requisitá-la como força auxiliar.*

*SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL — Não será extinto, mas funcionará ais como Corte Constitucional. A tendência é de que os ministros deverão ser indicados paritariamente pelo Executivo, Legislativo e Judiciário, com aprovação do Senado. Os ministros do STF também deixarão de ser vitalícios e cumprirão mandatos de prazo fixo a ser estabelecido.*

*DIREITO DE GREVE — Há uma forte tendência de que o programa do PMDB seja acatado no sentido de se estender o direito de greve para todos os servidores públicos, inclusive para as categorias classificadas como prestadoras de serviços essenciais (abastecimento de água, energia elétrica, compensação bancária ou serviços médicos). Este direito viria garantido na Constituição, com a ressalva de que a legislação ordinária discipline a greve nos serviços essenciais de forma a não prejudicar o atendimento à população.*

*PRAZO DE POSSES NO EXECUTIVO — A grande novidade na área de administração pública é a redução do prazo de quatro meses para 45 dias entre a eleição e posse de prefeitos, governadores e presidente da República. Para evitar "descalabros administrativos e orçamentários por parte dos que estiverem em fim de mandato, neste período de transição", como diz o deputado José Serra, a eleição nas esferas federal, estadual e municipal acontecerá em 15 de novembro e a posse em 1º de janeiro seguinte coincidindo com o início do exercício financeiro. Na área legislativa, câmaras e assembléias, a posse se dará em 1º de fevereiro, com a redução também do recesso.*

*SEGURIDADE SOCIAL — Já está quase certa a criação de um Fundo de Seguridade Social, que inclui saúde, previdência e assistência social, com a viabilização de um sistema de universalização da assistência médica, independente de contribuições, para todos os cidadãos. No caso de seguros, como a aposentadoria e pensões, haverá contribuições específicas por parte dos beneficiários como INPS e Iapas. Na parte de assistência médica e social, o custeio ficará a cargo do orçamento da União e outras contribuições sociais a serem disciplinadas por lei. O que está "pegando" no capítulo da seguridade social é a vinculação da folha de salários como base exclusiva, não podendo incidir sobre ela qualquer outro tributo ou contribuição. O relator Bernardo Cabral garantiu também que manterá a existência de entidades como o Sesi, Sesc, Senai e Senac.*

*IMPOSTO SOBRE PATRIMÔNIO — A fixação do Imposto sobre Patrimônio será eliminada da Constituição. Passará a ser instituído pelo Governo Federal através de decretos.*

*SISTEMA DE GOVERNO — Existem até agora três alternativas, de acordo com o relator Bernardo Cabral: o presidencialismo puro, o parlamentarismo puro e uma emenda do senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que melhora o parlamentarismo proposto no atual projeto, modificando os mecanismos de indicação e aprovação do primeiro-ministro. Os relatores adjuntos estão trabalhando basicamente em cima desta emenda. Quanto ao mandato, se não houver consenso, serão mantidos os cinco anos do projeto atual.*

*CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA — Deverá ser criado o Conselho Nacional de Justiça como um órgão externo de fiscalização do Poder Judiciário, principalmente em relação ao sistema carcerário, e do Ministério Público.*

*AUTONOMIA POLÍTICA DO DF — Já ficou definido que a autonomia política do Distrito Federal se confirmará com a realização de eleições diretas para escolha do governador e dos deputados distritais, que comporão a Câmara Distrital. A data das eleições não foi fixada, mas deverá coincidir com o mandato dos atuais governadores.*

*NOVOS ESTADOS — As propostas de criação de mais sete novos estados não figurarão neste substitutivo, foram enterradas, pelo menos por enquanto. "Isto já foi para o espaço", garantiu o deputado José Serra, um dos parlamentares que estão participando da elaboração do novo texto.*

*ORÇAMENTOS — O Poder Executivo deverá submeter à aprovação do Congresso Nacional mais dois orçamentos, além do fiscal. Um deverá envolver todos os investimentos das empresas públicas. Durante o exercício financeiro, nenhuma empresa pública poderá fazer investimentos sem a aprovação do Congresso. O outro envolverá todos os gastos da área social, destinados ao financiamento do Fundo de Seguridade Social a ser criado.*

# Batalhão revisa emendas

Com um reforço a ser dado hoje, mais de 300 funcionários da Câmara e do Senado estarão lidando, em longas e exaustivas jornadas de trabalho, com as mais de 20 mil emendas produzidas pelos constituintes. De hoje até o dia 21, sexta-feira, uma centena de assessores terá de redigir algo em torno de 50 pareceres diários, enquanto outros 80 estarão ocupados exclusivamente com o preparo de índices. Para se fazer uma idéia do volume de trabalho, basta assinalar que de sábado para domingo a Câmara produziu 124 mil cópias xerográficas de emendas.

Atualmente, assessores parlamentares da Câmara e do Senado, estão divididos em dois grupos. Um deles trabalha com o relator Bernardo Cabral e seus relatores adjuntos, no Banco do Brasil — outro, no Prodasen, produz incessantemente pareceres sobre as emendas. O prazo estabelecido pelo diretor da assessoria do Senado, Edgar Rosa, para o término deste trabalho encerra na sexta-feira — de modo a permitir que o relator disponha do tempo necessário para concluir o terceiro texto constitucional da Comissão de Sistematização.

# Covas quer impor teses da convenção

As decisões adotadas pela convenção nacional do PMDB em relação às questões mais polêmicas da Constituinte são o ponto de partida para toda a discussão que se trava em torno do projeto constitucional. Isto não significa, contudo, que no decorrer das negociações não se possa ceder em alguns aspectos.

Foi o que afirmou ontem o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, após participar (pela primeira vez) das reuniões travadas na casa do deputado Ulysses Guimarães e no 24º andar do Banco do Brasil para definir os pontos polêmicos da futura Constituição.

Para o senador paulista, a sua própria presença nos encontros de ontem dá às discussões uma conotação partidária. "Estou aqui como convidado do deputado Ulysses Guimarães, mas como líder a minha posição é sempre a posição do partido. Ou seja, tudo o que foi expressamente definido na convenção nacional".

Covas ainda não sabe quem negociará o projeto constitucional, em nome do PMDB, junto aos demais partidos: "Pode ser o Ulysses, o Fernando ou eu, não importa. Acho que esta negociação se dará em várias frentes, com muita gente conversando em torno de pontos de convergência, que eu espero representem pelo menos 80% da Constituição. No que não for possível o consenso, iremos para a apuração de votos no plenário.

O líder peemedebista admitiu, contudo, que a Constituição não será exatamente o que ele próprio deseja, ou seja, um texto "enxuto" que, ao estilo da Carta de 1946, priorize a questão da participação popular.

De qualquer forma, ainda no entender do senador, as definições adotadas até o momento mostram que a futura Carta terá, no mínimo, um grande mérito: será o salto da democracia representativa para a democracia participativa.

### SANT'ANNA

"Se a chefia do Governo ficar com o primeiro-ministro e não com o presidente da República, teremos que derrubar este dispositivo na Comissão de Sistematização". A ameaça foi feita ontem pelo líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna, após participar de uma reunião com o relator Bernardo Cabral e seus adjuntos, mais o líder Mário Covas, onde a tendência predominante era pela parlamentarização do regime de governo.

Citando "dificuldades para a implantação do parlamentarismo", como a sua ampliação para os estados e municípios, o deputado baiano afirmou que a preferência por este tipo de regime já foi muito mais acentuada. "Agora, a tendência é pela fórmula mista, onde um presidente da República, eleito com mais de 40 milhões de votos, possa efetivamente governar, tendo ao lado um Parlamento fortalecido em suas prerrogativas".

# LEONARDO MOTA

## Governo paga

Documento em mãos do consultor-geral da República, Saulo Ramos, comprova que o Governo Federal já economizou alguns bilhões de cruzados com a instalação de um sistema centralizado de consultoria jurídica dos ministérios, o qual permite que todas as pendências entre áreas conflitantes dentro da administração sejam desempatadas pela Consultoria Geral. Não só desempata conflitos, mas dá velocidade às decisões dos consultores-jurídicos para que as causas, quando perdidas, não fiquem demasiado onerosas para os cofres da União.

O que se tinha era que a União vinha perdendo quase sempre as questões, por falta de uma coordenação centralizada capaz de ditar o rumo das soluções jurídicas. Só para se ter uma idéia desse quadro, se todas as ações hoje tramitando na Justiça contra a Rede Ferroviária Federal derem ganho de causa aos seus titulares, o patrimônio da RFFSA, que é imenso, será insuficiente para pagar os débitos judiciais.

Com a advocacia consultiva da União, que é o nome do sistema que tem seu vetor no senhor Saulo Ramos, o presidente Sarney inclusive pode dar aos negociadores da dívida externa um trunfo a mais para obterem concessões maiores: o contencioso administrativo acumulado nos últimos anos nos ministérios, por contratos com bancos internacionais cumpridos e não pagos, está sendo pouco a pouco eliminado, com pareceres jurídicos que pretendem dar agilidade às decisões emperradas pela burocracia. O que é possível ir pagando, de dívidas contraídas no exterior para a construção de estradas e portos, usinas e plataformas submarinas, e reclamadas juridicamente, o Governo está pagando. O Ministério dos Transportes foi sempre campeão dessa impontualidade, mas o presidente Sarney tratou pessoalmente de corrigir a anomalia.

### DADOS IRREFUTÁVEIS

O deputado Mário Lima participou no Rio de uma mesa-redonda com empresários, alguns multinacionais, e foi irrefutável na sua pregação a favor da estabilidade: 100 por cento da mão-de-obra da indústria da construção civil foi completamente substituída em apenas um ano. E no comércio, houve rodízio de 50 por cento dos empregados, no mesmo ano. Quanto à jornada, o Brasil é hoje o único país da América Latina, com exceção do Paraguai, que conserva 48 horas semanais. Mesmo assim, o deputado pela Bahia dificilmente verá aprovadas a jornada de 40 horas e a estabilidade.

### SAÚDE DE ANÍBAL

Permanecem em mistério os dados sobre o estado de saúde do ministro Aníbal Teixeira. Há três semanas, o senhor Jorge Murad, no Planalto, tomava discretas medidas para um "check-up" do Ministro no Incor, em São Paulo.

### GETÚLIO PROMOVIDO

O jornalista Getúlio Bittencourt ganhou uma sala ao lado do gabinete do presidente Sarney, no 3º andar, deixando a região do limbo, que é o quarto andar. Agora se confirma que as atividades do secretário de Comunicação Social da Presidência são de tal modo importantes para Sarney a ponto de dar a seu assessor a sala que hospedava até ontem o senhor Paulo Mandarino, nomeado vice-presidente de Operações do Banco do Brasil.